

**Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Tribunal de Contas da União, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Conselho da Justiça Federal para formação da Rede Federal de Inovação no Setor Público, com vistas à articulação de ações de fomento e apoio à inovação, bem como à interação com iniciativas similares nos âmbitos estadual e municipal.**

Os órgãos públicos adiante identificados, doravante denominados PARTÍCIPIES, representados pelos signatários identificados ao final deste documento, e demais órgãos que venham a aderir ao presente acordo, considerando a necessidade de fortalecimento, ampliação e aprimoramento de compromisso e articulação institucionais voltados para o fomento e o apoio à adoção de práticas inovadoras no setor público, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, doravante denominado ACORDO, aplicando-se, no que couber, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redações posteriores, conforme as cláusulas e as condições a seguir.

## **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este ACORDO tem por objeto o fortalecimento, a ampliação e o aprimoramento da cooperação técnica entre os PARTÍCIPIES, mediante formação de **Rede Federal de Inovação no Setor Público (Rede InovaGov)**, abrangendo órgãos e entidades dos três poderes da Administração Pública Federal, e sua interação com iniciativas similares nos âmbitos estadual e municipal, com a finalidade de promover o fomento e o apoio à execução de projetos e à adoção de práticas inovadoras no âmbito governamental, de modo a conferir maior eficiência, eficácia e efetividade à gestão pública e à prestação de serviços à sociedade.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PARTÍCIPIES**

Os PARTÍCIPIES deste ACORDO são os seguintes:

I - Tribunal de Contas da União, CNPJ 00.414.607/0001-18, neste ato representado pelo Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira, CPF nº 050.579.905-78 e RG nº 619503 SSP-BA;

II - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, CNPJ 00.489.828/0003-17, neste ato representado pelo Ministro Dyogo Henrique de Oliveira, CPF nº 768.643.671-34 e RG 3090155/SSP-DF; e

III - Conselho da Justiça Federal, CNPJ 00.508.903/0001-88, neste ato representado pela Ministra Laurita Hilário Vaz, CPF nº 471.909.901-78 e RG 256.307 SSP-GO.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Subscrevem este ACORDO os titulares dos PARTÍCIPIES indicados nesta cláusula, ou seus representantes especialmente designados.

*Em*

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Outros órgãos públicos e entidades poderão aderir a este ACORDO, ou desvincular-se dele, na condição de PARTÍCIPIES, mediante as condições a seguir:

I - Em se tratando de órgão ou entidade integrante do Poder Executivo Federal, inclusive empresas públicas ou sociedades de economia mista, a adesão a este ACORDO poderá se dar por meio de assinatura de termo de adesão, conforme modelo do Anexo II, encaminhado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por intermédio da Secretaria de Gestão, com posterior comunicação aos demais PARTÍCIPIES.

II - Em se tratando de órgão ou entidade vinculado à Justiça Federal, a adesão a este ACORDO poderá se dar por meio de assinatura de termo de adesão, conforme modelo do Anexo II, encaminhado ao Conselho da Justiça Federal, com posterior comunicação aos demais PARTÍCIPIES.

III - Em se tratando de órgão ou entidade integrante do Poder Legislativo e demais órgãos públicos federais não alcançados pelos incisos anteriores, a adesão a este ACORDO poderá se dar por meio de assinatura de termo de adesão, conforme modelo do Anexo II, encaminhado ao Tribunal de Contas da União, com posterior comunicação aos demais PARTÍCIPIES.

IV - A forma como se dará a assinatura de termo de adesão a este ACORDO por órgãos e entidades de outras esferas, bem como condições para a participação de instituições de ensino e pesquisa, de organizações do terceiro setor, de instituições privadas e de pesquisadores independentes nas atividades objeto deste ACORDO serão estabelecidas em regulamento próprio, a ser elaborado e aprovado por representantes designados pelos PARTÍCIPIES nos termos da Cláusula Sexta, a seguir.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO**

A cooperação pretendida pelos PARTÍCIPIES consistirá em:

I - promoção de estudos, pesquisas, projetos e trabalhos conjuntos para solução de desafios e problemas de interesse comum dos PARTÍCIPIES, que envolvam a aplicação ou o desenvolvimento de práticas inovadoras no âmbito do setor público;

II - compartilhamento de práticas, conhecimentos, informações, estudos e pesquisas referentes a inovação no setor público, visando a complementar os trabalhos conjuntos desenvolvidos;

III - realização de eventos e ações de divulgação com vistas a difundir práticas inovadoras na administração pública, por meio de instrumentos e canais dos PARTÍCIPIES, observada a política de comunicação de cada órgão ou entidade;

IV - extensão recíproca aos servidores dos PARTÍCIPIES da possibilidade de participação em ações de capacitação e desenvolvimento profissional promovidos por suas unidades competentes, e em seminários, simpósios, encontros e outros eventos da mesma natureza, observados os critérios de seleção e a disponibilidade de vagas;

V - promoção de atividades conjuntas de educação corporativa na modalidade presencial ou a distância, por meio de cessão, elaboração ou adaptação de cursos, bem como de realização de ações de apoio a sua execução.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** As atividades a que se refere esta cláusula serão executadas na forma a ser definida, em cada caso, pelos PARTÍCIPIES, mediante troca de correspondências, respeitadas as competências de cada órgão ou entidade.

## CLÁUSULA QUARTA - DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTICÍPIES

Constituem atribuições dos PARTICÍPIES, no âmbito deste ACORDO:

I - desenvolver ações de fomento e apoio à adoção de práticas inovadoras, a partir da identificação institucional de prioridades comuns e do desenvolvimento de estratégias conjuntas;

II - designar unidade responsável, no âmbito do seu órgão ou entidade, para atuar como agente de integração, visando facilitar a coordenação e a execução das atividades vinculadas ao presente ACORDO, bem como para dirimir dúvidas ou prestar informações a elas relativas;

III - designar, por meio da unidade responsável, representantes para participação nos foros de debates e nas demais ações derivadas deste ACORDO;

IV - colaborar para o desenvolvimento, fortalecimento e ampliação da **Rede InovaGov**, mediante comunicação e cooperação mútuas com trocas de conhecimentos e experiências;

V - promover mecanismos corporativos de divulgação com vistas a difundir boas práticas de inovação na administração pública e operacionalizar atividades de capacitação com esse foco, observada a política de comunicação de cada órgão ou entidade;

VI - implementar ações de capacitação entre os PARTICÍPIES, com alocação ou disponibilização de pessoal e de recursos e materiais didáticos próprios, visando ao conhecimento mútuo sobre suas atividades e esferas de atuação, ao intercâmbio de experiências, à habilitação para atividades decorrentes deste ACORDO e ao aperfeiçoamento de seus quadros;

VII - levar, imediatamente, ao conhecimento dos demais PARTICÍPIES, ato ou ocorrência que interfiram no andamento das atividades decorrentes deste ACORDO, para a adoção de medidas cabíveis;

VIII - acompanhar e fiscalizar as ações relativas ao objeto do presente ACORDO, por intermédio dos representantes designados na Cláusula Sexta, a seguir;

IX - fornecer as informações e orientações necessárias ao melhor desenvolvimento e ao fiel cumprimento deste ACORDO e à formalização de demais instrumentos necessários à execução das intenções aqui pactuadas;

X - disponibilizar, aos demais PARTICÍPIES, material de interesse relativo a ações educacionais presenciais ou a distância, devendo ser especificadas eventuais sugestões para adaptações de forma e conteúdo consideradas necessárias;

XI - observar o direito autoral e a confidencialidade de todos os dados e/ou informações, inclusive desenhos técnicos, criações, especificações técnicas, marcas, condições comerciais, cursos, programas ou materiais de divulgação institucional de outro PARTICÍPIE, aos quais venham a ter acesso por força deste instrumento ou por ajustes dele decorrentes, devendo ser informados, em todos os casos, o crédito da autoria e o respectivo instrumento de cooperação que deu amparo à utilização do material pelos PARTICÍPIES.

## CLÁUSULA QUINTA - DA PROPRIEDADE DOS RESULTADOS

Os direitos de todos e quaisquer materiais, bens e conhecimentos produzidos pelas partes em razão deste ACORDO serão de propriedade comum dos PARTICÍPIES, podendo ser usados por todos, conjunta ou separadamente, em qualquer tempo, para desenvolvimento de suas atividades, vedada a comercialização e ou transferência de titularidade, exceto quando expressamente autorizado pelos demais PARTICÍPIES.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Os direitos de propriedade intelectual de titularidade dos PARTÍCIPIES, existentes antes da assinatura deste ACORDO, permanecerão de sua propriedade exclusiva, ainda que utilizados na execução do objeto deste instrumento.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

A execução e a fiscalização do presente ACORDO caberão aos responsáveis designados na forma do inciso II da Cláusula Quarta deste instrumento, os quais terão poderes para praticar quaisquer atos necessários à fiel execução do ACORDO, dando ciência das providências adotadas à autoridade administrativa competente.

§ 1º Em até 90 (noventa) dias após a assinatura deste ACORDO, os responsáveis designados aprovarão regulamento com as diretrizes básicas de funcionamento da **Rede InovaGov**, inclusive para os fins do disposto no § 2º da Cláusula Segunda.

§ 2º Ações que venham a se desenvolver em decorrência deste ACORDO, que requeiram formalização jurídica para sua implementação, terão suas condições específicas, descrição de tarefas, prazos de execução, responsabilidades financeiras e demais requisitos definidos em instrumento legal pertinente acordado entre os PARTÍCIPIES.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**

O presente ACORDO é celebrado a título gratuito, não implica compromissos financeiros ou transferência de recursos entre os PARTÍCIPIES e não gera direito a indenizações, exceto no caso de extravio ou dano a equipamentos, instalações e outros materiais emprestados por um partícipe ao outro.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** No caso de ocorrência de despesas, os procedimentos deverão ser consignados em instrumentos específicos, os quais obedecerão às condições previstas na legislação vigente.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO**

O Tribunal de Contas da União providenciará a publicação de extrato do presente ACORDO no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

## **CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente ACORDO será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo firmado entre os PARTÍCIPIES originais do ACORDO.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** A prorrogação do prazo do ACORDO para os demais PARTÍCIPIES dar-se-á mediante troca de correspondências, nos termos do § 2º da Cláusula Segunda.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E DA DENÚNCIA**

O presente ACORDO poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante termo aditivo, e denunciado de comum ACORDO entre os signatários, ou unilateralmente, mediante notificação por escrito.





**PARÁGRAFO ÚNICO.** A eventual denúncia deste ACORDO não prejudicará a execução dos serviços que tenham sido instituídos mediante instrumento próprio, devendo as atividades já iniciadas ser desenvolvidas normalmente até o final, nos termos estabelecidos no presente ACORDO.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DIVULGAÇÃO**

Os PARTÍCIPES deverão dar publicidade, em seus canais de comunicação oficiais, sobre sua participação na **Rede InovaGov**.

§ 1º Na hipótese da realização de eventos, comunicações públicas ou quaisquer ações promocionais relacionadas com o objeto deste ACORDO, deverá haver expressa menção à **Rede InovaGov** e à colaboração dos PARTÍCIPES, observado o disposto no art. 37, § 1º da Constituição Federal.

§ 2º Deverá ser dado conhecimento prévio, por escrito, aos demais PARTÍCIPES, sobre qualquer conteúdo institucional ou técnico decorrente da execução deste instrumento que venha a ser divulgado em eventos, publicações, relatórios e outras ações de comunicação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelos PARTÍCIPES, ouvidos os setores de que trata a Cláusula Sexta, responsáveis pela execução e fiscalização do presente instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

As controvérsias decorrentes da execução deste instrumento, que não puderem ser dirimidas pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal, nos termos do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília (DF), Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

E, por estarem ajustados, os partícipes firmam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Brasília (DF), em 11 de outubro de 2016.



**AROLDO CEDRAZ**

Presidente do Tribunal de Contas da União



**DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA**

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão



**LAURITA VAZ**

Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal

## ANEXO I

### PLANO DE TRABALHO

#### 1. INTRODUÇÃO

Este Plano de Trabalho, como parte integrante do ACORDO de Cooperação Técnica celebrado para formação da **Rede InovaGov**, visa explicitar as principais atividades a serem desenvolvidas, bem como pactuar responsabilidades, no sentido de fortalecer, ampliar e aprimorar o compromisso e a articulação institucionais voltados para o fomento e o apoio à adoção de práticas inovadoras no setor público, por meio da cooperação técnica entre órgãos e entidades dos três poderes da Administração Pública Federal, e sua interação com iniciativas similares nos âmbitos estadual e municipal.

Este documento será observado durante toda a vigência do ACORDO, servindo também como fonte de consulta e orientação para a tomada de decisões estratégicas e operacionais. Além disso, este plano poderá ser atualizado durante o transcorrer dos trabalhos pelas unidades responsáveis pela coordenação e execução das atividades, designadas nos termos do inciso II da Cláusula Quarta do ACORDO, auxiliando os PARTÍCIPIES a manterem-se informados quanto ao andamento e aos resultados da cooperação técnica.

#### 2. OBJETO

O ACORDO tem como objeto o fortalecimento, a ampliação e o aprimoramento da cooperação técnica entre os PARTÍCIPIES, mediante a formação da **Rede InovaGov**, sendo que a cooperação pretendida consiste em:

- a) Promover estudos, pesquisas, projetos e trabalhos conjuntos para solução de desafios e problemas de interesse comum, que envolvam a aplicação ou o desenvolvimento de práticas inovadoras no âmbito do setor público;
- b) Compartilhar práticas, conhecimentos, informações, estudos e pesquisas referentes a inovação no setor público, visando a complementar os trabalhos conjuntos desenvolvidos;
- c) Realizar eventos e ações de divulgação com vistas a difundir práticas inovadoras na administração pública, por meio de instrumentos e canais dos colaboradores, observada a política de comunicação de cada órgão ou entidade;
- d) Estender, aos servidores dos órgãos colaboradores, a possibilidade de participação em ações de capacitação e desenvolvimento profissional promovidos por suas unidades competentes, e em seminários, simpósios, encontros e outros eventos da mesma natureza, observados os critérios de seleção e a disponibilidade de vagas;
- e) Promover atividades conjuntas de educação corporativa na modalidade presencial ou a distância, por meio de cessão, elaboração ou adaptação de cursos, bem como de realização de ações de apoio a sua execução.



### 3. META

O principal objetivo da parceria consiste em promover a cooperação e a conjugação de esforços entre os PARTÍCIPES para articulação de ações de fomento e apoio à inovação, bem como à interação com iniciativas similares nos âmbitos estadual e municipal.

Constituem metas a serem atingidas:

- a) Desenvolver ações de fomento e apoio à adoção de práticas inovadoras, a partir da identificação institucional de prioridades comuns e do desenvolvimento de estratégias conjuntas;
- b) Promover mecanismos corporativos de divulgação com vistas a difundir boas práticas de inovação na administração pública e operacionalizar atividades de capacitação com esse foco;
- c) Implementar ações de capacitação entre os partícipes, com alocação ou disponibilização de pessoal e de recursos e materiais didáticos próprios, visando ao conhecimento mútuo sobre suas atividades e esferas de atuação, ao intercâmbio de experiências, à habilitação para atividades decorrentes da atuação da **Rede InovaGov** e ao aperfeiçoamento de seus quadros;
- d) Disponibilizar aos demais PARTÍCIPES e, quando for o caso, adaptar material de interesse relativo a metodologias e ações educacionais presenciais ou a distância;
- e) Propiciar a troca de experiências em inovação com órgãos e entidades de outras esferas, instituições de ensino e pesquisa, organizações do terceiro setor, instituições privadas e pesquisadores independentes, em conformidade com regulamento próprio de funcionamento da **Rede InovaGov**, inclusive mediante proposição de alterações normativas.

### 4. FASES DE EXECUÇÃO

- a) Engajamento de órgãos públicos federais;
- b) Regulamento de funcionamento da **Rede InovaGov**: elaboração de versão inicial;
- c) Desafios mobilizadores: levantamento de necessidades institucionais dos partícipes;
- d) Desafios mobilizadores: desenho e condução de projetos específicos para atendimento às necessidades identificadas;
- e) Interação com iniciativas similares: engajamento do setor privado, da academia e da sociedade civil;
- f) Interação com iniciativas similares: engajamento de órgãos e entidades estaduais e municipais;
- g) Regulamento de funcionamento da **Rede InovaGov**: elaboração de versão aprimorada, visando incluir meios para a troca de experiências em inovação com instituições e pesquisadores não-governamentais.

## 5. CRONOGRAMA

As fases previstas para execução do ACORDO de cooperação técnica serão conduzidas, a princípio, nos períodos indicados no diagrama abaixo. Entretanto, antes do início de cada fase e no decorrer das atividades, tal cronograma poderá sofrer alterações de ACORDO com a necessidade dos partícipes, desde que acordado entre as partes.

| Fases e atividades                             | 2016 |    |    | 2017 |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 2018 |    |    |    |    |    |    |    |    |
|--|------|----|----|------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|------|----|----|----|----|----|----|----|----|
|  | 10   | 11 | 12 | 01   | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 01   | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 |
| <b>Engajamento de órgãos públicos federais</b> |      |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Lançamento/ formalização                       |      |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Engajamento de atores*                         |      |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |
| <b>Elaboração de regulamento próprio</b>       |      |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Versão inicial                                 |      |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Versão aprimorada                              |      |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |
| <b>Desafios mobilizadores*</b>                 |      |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Levantamento das necessidades                  |      |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Desenho e condução de projetos                 |      |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |
| <b>Interação com iniciativas similares</b>     |      |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Engajamento do Setor Privado*                  |      |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Engajamento do Setor Acadêmico*                |      |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Engajamento da Sociedade Civil*                |      |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Engajamento de Estados e Municípios*           |      |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |      |    |    |    |    |    |    |    |    |

\*Atividade de natureza contínua



## ANEXO II

### TERMO DE ADESÃO À REDE FEDERAL DE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

O (NOME DO ÓRGÃO), representado por (NOME DA PESSOA), (CARGO), CPF nº (XXXXXXXX) e RG nº (XXXXXXXX), expedido por (XXXXXXXX), resolve firmar o presente TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DA REDE FEDERAL DE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO, celebrado entre o Tribunal de Contas da União, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Conselho da Justiça Federal, observando o cumprimento dos seguintes critérios e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a adesão do (NOME DO ÓRGÃO) à **Rede Federal de Inovação no Setor Público (Rede InovaGov)**, que abrange órgãos e entidades dos três poderes da Administração Pública Federal, e sua interação com iniciativas similares nos âmbitos estadual e municipal, com a finalidade de promover o fortalecimento, a ampliação e o aprimoramento da cooperação técnica entre os PARTÍCIPIES e o fomento e o apoio à execução de projetos e à adoção de práticas inovadoras no âmbito governamental, de modo a conferir maior eficiência, eficácia e efetividade à gestão pública e à prestação de serviços à sociedade.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO OU DESVINCULAÇÃO DE PARTÍCIPIES

Outros órgãos públicos e entidades poderão aderir à **Rede InovaGov**, ou desvincular-se dele, na condição de PARTÍCIPIES, mediante as condições a seguir:

I - Em se tratando de órgão ou entidade integrante do Poder Executivo Federal, inclusive empresas públicas ou sociedades de economia mista, a adesão poderá se dar por meio de assinatura de termo de adesão, encaminhado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por intermédio da Secretaria de Gestão, com posterior comunicação aos demais PARTÍCIPIES.

II - Em se tratando de órgão ou entidade vinculado à Justiça Federal, a adesão a este ACORDO poderá se dar por meio de assinatura de termo de adesão, conforme modelo do Anexo II, encaminhado ao Conselho da Justiça Federal, com posterior comunicação aos demais PARTÍCIPIES.

III - Em se tratando de órgão ou entidade integrante do Poder Legislativo e demais órgãos públicos federais não alcançados pelos incisos anteriores, a adesão a este ACORDO poderá se dar por meio de assinatura de termo de adesão, conforme modelo do Anexo II, encaminhado ao Tribunal de Contas da União, com posterior comunicação aos demais PARTÍCIPIES.

IV - A forma como se dará a assinatura de termo de adesão à **Rede InovaGov** por órgãos e entidades de outras esferas, bem como condições para a participação de instituições de ensino e pesquisa, de organizações do terceiro setor, de instituições privadas e de pesquisadores independentes nas atividades objeto da Rede serão estabelecidas em regulamento próprio, a ser elaborado e aprovado pelos representantes designados pelos PARTÍCIPIES.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

O presente instrumento é celebrado a título gratuito, não implica compromissos financeiros ou transferência de recursos entre os PARTICIPES.

### CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DEVERES

A Assinatura do presente Termo de Adesão implica a assunção de todas os direitos e deveres previstos no ACORDO e no Plano de Trabalho, incluídas eventuais alterações, que instituíram a **Rede InovaGov**.

### CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do ACORDO da **Rede InovaGov** será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo firmado entre os PARTICIPES originais do ACORDO.

Nestes termos, o (NOME DO ÓRGÃO) assina o presente Termo de Adesão em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Brasília (DF), em <dia> de <mês> de <ano>.

(Assinatura do Responsável)